

Contas públicas e reforma tributária deveriam estar nos planos de estudos



Economistas apontam temas que fazem falta no dia a dia da política econômica

Muito além de se entender o cenário econômico nacional e global, traçar propostas e estudos que direcionem políticas públicas mais eficazes para o Brasil, no curto e longo prazo, deve ser, se não a maior, a principal função dos centros de pesquisa brasileiros, segundo economistas ouvidos pelo **Brasil Econômico**.

Com olhos atentos à academia e também ao mercado, Mansueto Almeida, da Diretoria de Estudos Setoriais e Inovação (DISET) no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); Mônica de Bolle, economista da Casa das Garças; e Carlos Thadeu, chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC), consideram que há vazios temáticos na produção acadêmica que precisam ser preenchidos rapidamente.

Dívida doméstica no setor público, sistema financeiro com vistas à reforma tributária e os impactos da política monetária sob a ótica microeconômica são alguns tópicos que, se trabalhados pela academia, seriam de extrema utilidade para o governo direcionar políticas sociais e econômicas.

“A parte de tributação e gastos públicos, além das reformas tributárias, são questões essenciais que a academia entra muito pouco. Hoje, se o governo pensar em fazer a reforma tributária, ele não conta com grandes nomes para convocar. Não existe quem possa contribuir para o debate”, aponta Mansueto.

O economista cita ainda a falta de pesquisas que colaborem com a discussão acerca dos gargalos que os país enfrenta nas políticas de investimento em infraestrutura. “Temos problemas no Brasil para se aumentar os investimentos. Mas, por que é tão difícil investir se o governo tem planos para isso? É um problema de regras? De excesso de controle, de falta de burocracia ou de projetos perfeitos? Não sabemos. Fal-

tam análises, linhas de pesquisa que contribuam para o crescimento do país”, avalia Mansueto.

Já para Mônica de Bolle, um tema sensível ao país e que deve, em breve, mobilizar os novos economistas é a dívida doméstica no setor público. “Há uma necessidade de estudos que envolvam a questão do crédito público e da dívida pública. Qual é o melhor arcabouço fiscal que deveríamos ter? A respeito da solidez das contas públicas, vale a pena solidificar a lei de responsabilidade fiscal incluindo critérios de endividamento público? Se tivéssemos um teto para a dívida, impediria o crescimento do crédito público exagerado? Esse é um potencial problema para o Brasil no futuro e uma tendência de estudos”, aponta.

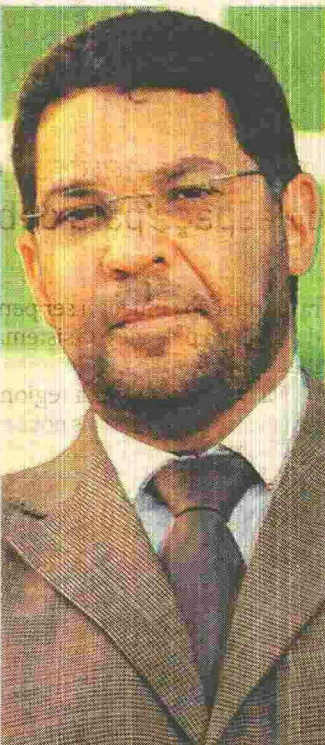
Da CNC, Carlos Thadeu acredita que, apesar de bastante comuns, as análises microeconômicas deveriam cuidar de entender os impactos das políticas macroeconômicas no dia a dia da população: “Temos dados do PIB revisado, produção industrial, mas não se sabe muito como a economia real está se comportando. Até os dados micros da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE) englobam apenas as regiões metropolitanas, não se pega todo o país. É importante aprofundarmos esse olhar, para que o governo tenha uma visão mais real dos impactos dos investimentos e da própria política monetária”.

66

Há necessidade de estudos que envolvam a questão do crédito público e da dívida pública nacional. Esse é um potencial problema para o Brasil no futuro”

Mônica de Bolle

Economista da Casa das Garças



Glauco Dettmar

O Brasil se ressentido da falta de especialistas e estudos acadêmicos que abordem os gargalos nas políticas de investimento em infraestrutura